



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1679311 - SP (2020/0065473-7)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**AGRAVANTE** : G DOS S F  
**ADVOGADOS** : EDSON GRACIANO FERREIRA - SP144752  
IVETE DE ARAÚJO AMORIM - SP112601  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **G. DOS S. F.**, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não admitiu seu recurso especial, manejado com apoio no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - CONCUSSÃO EM CONTINUIDADE DELITIVA - Materialidade delineada - Saques realizados por assessores, em dinheiro, na "boca do caixa", logo depois de recebidas as remunerações - Ausência de justificativas plausíveis - Acusado não possuidor de conta bancária - Planilha apreendida no computador do acusado, com os nomes dos assessores e rendimentos - Autoria comprovada - Exigência em razão da "indicação" para cargos comissionados, realizada em reunião ou mesmo quando da assunção dos assessores - Condenação - Pena -base - Culpabilidade exacerbada - Vereador - Mácula ao sufrágio universal - Consequências delitivas - Grande montante recebido - Prejuízo aos assessores, ferindo o direito social ao trabalho - Continuidade evidenciada no tocante a cada uma das vítimas - Quantidade de crimes que fundamenta o aumento em 2/3 - Concurso material - Vítimas diversas e que contribuam de maneira individualizada - Regime inicial fechado - Quantidade de reprimenda - Circunstâncias judiciais desfavoráveis - Execução provisória da pena - Possibilidade, com a expedição de mandado de prisão - Condenação em segundo grau, a qual gera inelegibilidade - Recurso provido." (e-STJ, fl. 830)

A defesa opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em acórdão de e-STJ, fls. 892-896.

Nas razões do apelo excepcional (e-STJ, fls. 904-920), o recorrente aponta violação dos arts. 59 do Código Penal e 386, VII, do Código de Processo Penal. Alega, em suma, que não foram produzidas as provas necessárias à sua condenação, razão pela qual requer seja absolvido do crime descrito no art. 316 do CPB, com a prevalência do princípio do *in dubio pro reo*. Requer o provimento do recurso.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 998-1.007), o recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem, por ser intempestivo (e-STJ, fls. 1.011-1.012). Daí este agravo (e-STJ, fls. 1.014-1.020) e contraminuta (e-STJ, fls. 1.034-1.044).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (e-STJ, fls. 1.068-1.070).

#### É o relatório.

Decido.

Verificada a ocorrência dos pressupostos de admissibilidade, passo ao exame do recurso especial.

No caso, verifica-se que o recurso não deve ser conhecido, diante da intempestividade.

Com efeito, o acórdão proferido em sede de embargos de declaração foi considerado publicado no dia 19/9/2019 (quinta-feira), iniciando-se o prazo para a interposição do apelo excepcional em 20/9/2019 (sexta-feira), com término no dia 4/10/2019 (sexta-feira).

Todavia, constata-se que o especial foi protocolado apenas em 10/10/2019, havendo expirado, portanto, o prazo legal.

A contagem em dias corridos decorre da não incidência da norma do art. 219 do CPC/2015 no processo penal, conforme jurisprudência pacificada desta Corte. Por seu caráter elucidativo, citam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA PROFERIDA PELA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. ENFERMIDADE DO PATRONO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. PRAZO DE 15 DIAS CONTÍNUOS. INCIDÊNCIA DO ART. 798 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. INAPLICABILIDADE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTEMPESTIVIDADE.

[...]

III - A contagem de prazo em dias úteis, prevista no art. 219 do novo CPC, não se aplica ao recurso especial, que versa sobre matéria penal, haja vista a existência de legislação própria e específica regulamentando o assunto. O Código de Processo Penal, em seu art. 798, *caput*, estabelece que os prazos 'serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado', ou seja, nesse caso a contagem do prazo para a interposição do recurso será feita em dias corridos.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 1.495.602/SC, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 09/10/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO APÓS O LAPSO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO APLICAÇÃO DOS ARTS. 219 E 220 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. É intempestivo o recurso especial interposto fora do prazo de 15 dias corridos, nos termos do art. 994, inciso VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, e 1.029, todos do Código de Processo Civil, bem como do art. 798 do Código de Processo Penal.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que '[...] em ações que tratam de matéria penal ou processual penal, não incidem as novas regras do Código de Processo Civil - CPC, referentes à contagem dos prazos em dias úteis (art. 219 da Lei 13.105/2015), ante a existência de norma específica a regular a contagem do prazo (art. 798 do CPP), uma vez que o CPC é aplicado somente de forma suplementar ao processo penal' (AgRg no AREsp 981.030/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe 22/2/2017).

3. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça está fixado no sentido de que 'a suspensão do curso dos prazos processuais prevista no art. 220 do NCPC, regulamentada pela Resolução CNJ n. 244, de 19/9/2016, não incide sobre os processos de competência da Justiça Criminal, visto que submetidos, quanto a esse tema, ao regramento disposto no art. 798, *caput* e § 3º, do CPP. A continuidade dos prazos processuais penais é afirmada, no caso, pelo princípio da especialidade' (AgRg no AREsp 1.070.415/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe de 22/05/2017.).

4. No caso, o acórdão recorrido foi publicado em 11/12/2017 (fl. 471), e o recurso especial foi interposto em 20/01/2018 (fl. 484), quando já havia escoado o prazo para a sua interposição.

5. Agravo regimental desprovido, e acolhido requerimento do MPF, para determinar o envio de cópia dos autos ao Juízo competente a fim de que adote as providências cabíveis quanto à execução provisória da pena imposta ao Agravante."

(AgRg no AREsp 1.321.389/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 04/12/2018)

Nesse contexto, é inegável a intempestividade do recurso especial, visto que foi

protocolado após o prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 994, VI, c/c os arts. 1.003, § 5º, e 1.029 do Código de Processo Civil/2015, e o art. 798 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator